

UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO  
INTERDISCIPLINAR DE  
ESTUDO E PESQUISA  
DO IMAGINÁRIO  
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ISSN 1519-6674  
ANO XX  
VOLUME 32  
(JAN-JUN)  
2020  
P. 93-110.

## “MEUS FILHOS, MINHAS REGRAS”: GÊNERO, RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

Amanda Andre Mendonça<sup>i</sup>  
Pós-doutoranda em Educação na  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fernanda Moura<sup>ii</sup>  
Doutoranda em Educação pela  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

### RESUMO

Este artigo visa refletir sobre os conflitos envolvendo a chamada “ideologia de gênero”, seus desdobramentos no campo político e os impactos para a garantia da democracia em diferentes países da América Latina. Nosso objetivo é pensarmos como o pânico moral criado em torno desta temática nestes países se tornou parte da política para que grupos conservadores desestabilizassem governos democraticamente eleitos, interferissem nas políticas públicas, legislações e em alguns locais decidissem eleições. Assim, pretendemos analisar pontos de ligação entre estes movimentos nestes países e como eles constituem uma agenda única de atuação. Desta forma, buscamos contribuir com estudos e considerações acerca do avanço de setores e pautas conservadoras via campo educacional e também para a relação entre Estado, religião e democracia.

**Palavras-chave:** “ideologia de gênero”; pânico moral; democracia.

### ABSTRACT

This article aims to reflect on the conflicts involving the so-called “gender ideology” and its consequences in the political field and the impacts for the guarantee of human rights and democracy in different countries. Our objective is to think about how the moral panic created around this theme, in different countries in South America, became a political weapon for conservative groups to destabilize democratically elected governments, interfere in public policies, legislation and in some places decide elections. Thus, we intend to analyze points of connection between these movements in these countries and how they constitute a unique agenda for action. In this way, we seek to contribute with studies and considerations about the advancement of sectors and conservative guidelines via the educational field and also for the relationship between State, religion and democracy.

**Keywords:** “Gender ideology”; moral panic; democracy.

## INTRODUÇÃO

A expressão “ideologia de gênero” ganhou enorme notoriedade no Brasil nos últimos anos, especialmente no campo educacional. Assistimos na última década o avanço da aliança de setores caracterizados como conservadores e de grupos religiosos extremistas, que passaram a difundir tal expressão como forma de gerar pânico moral<sup>iii</sup> entre a população do país. Assim, associou-se “ideologia de gênero” a retirada de direitos da família sobre a educação dos filhos e filhas, a possibilidade de se ensinar as crianças práticas e orientações sexuais através, principalmente, da distribuição de materiais considerados inapropriados.

A fim de compreendermos um pouco mais sobre o uso deste termo, “ideologia de gênero”, no cenário político de países da América Latina, iremos realizar um breve resgate acerca da origem desta expressão. Nesse sentido, é importante recuperarmos o período compreendido entre a década de 1980 e início da década de 1990, quando houve uma ampliação considerável sobre os estudos relacionados a gênero e sexualidade. Diversos grupos de pesquisa com esta matéria despontaram nas Universidades de todo mundo, assim como professoras, pesquisadoras e especialistas adquiriram notoriedade ao explorar tal categoria em suas produções. Foram muitos os impactos provocados por estes estudos, dentre eles no campo de produção das políticas sociais, que

passou a incorporar em sua agenda a discussão da temática.

Contudo, é mister salientar que se a problemática das relações de gênero encontrou nos espaços acadêmicos um importante meio de desenvolvimento, ela não se limitou apenas àqueles espaços. A emergência da epidemia HIV/AIDS nos anos 1980 e a necessidade de compreensão da sua articulação como domínio da sexualidade para a formulação de políticas de saúde trouxeram um fluxo expressivo de recursos para o financiamento das pesquisas nessa área.

É necessário mencionar também o papel que os movimentos de mulheres e as feministas cumpriram neste processo, pautando como primordial a inclusão de políticas públicas específicas para as mulheres e do recorte de gênero nas demais políticas. Toda essa movimentação repercutiu de forma global, chegando até as conferências da ONU em Cairo (1994) e em Pequim (1995). Esta última em especial foi responsável por substituir o termo “mulher” (que havia sido o principal sujeito nas primeiras três conferências) pelo conceito de gênero, estabelecendo que

[...] todas as políticas e instituições econômicas [dos governos e da comunidade internacional], assim como aqueles encarregados de conceder recursos devem adotar uma perspectiva de gênero (DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE BEIJING, 1995, p. 265)

Segundo documento da Conferência Episcopal Peruana, a realização de tais fóruns internacionais está na gênese da ameaça “gênero”, que representaria uma estrutura de desconstrução social:

Está claro, portanto, que a meta dos promotores da ‘perspectiva do gênero’, fortemente presente em Pequim, é o de atingir uma sociedade sem classes de sexo. Para isso, propõem desconstruir a linguagem, as relações familiares, a reprodução, a sexualidade, a educação, a religião, a cultura, entre outras coisas (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998 apud COELHO; SANTOS, 2016, p. 19).

De acordo com esta perspectiva a categoria gênero e sua presença nas políticas públicas teriam por objetivo promover a destruição da noção de família, incentivar o “homossexualismo” e depreciar a fé cristã. A esse respeito, Coelho e Santos (2016) identificaram em sua pesquisa que diversos documentos da Igreja Católica apresentados após a Conferência de Pequim confirmavam esta perspectiva de gênero representando um ataque à existência da família. Além disso, referiam-se ao termo como uma investida contra a moral cristã e chamavam a atenção para a importância da luta contra a homossexualidade conforme exposto no trecho do Catecismo da Igreja Católica:

Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a tradição sempre declarou que ‘os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados’. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade

afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados (CIC – 2357 apud COELHO; SANTOS, 2016, p.24).

Outra resposta da Igreja Católica as Conferências veio através de uma “Carta às mulheres”, do papa João Paulo II. No documento ele destacava a necessidade de defender a identidade feminina por uma perspectiva essencialista. Anos mais tarde a Igreja reafirmou esta posição na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, onde manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando no ponto 13 do documento que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Defendendo, portanto, a ideia de sexo e dos papéis familiares tradicionais como inscritos na natureza e no direito, a ideia de que o conceito de gênero seria uma estratégia de educar as crianças para a construção de uma “sexualidade versátil” e para a desintegração da família, passa a compor o discurso católico ainda na década de 1990. 95

Mas, de acordo com Miskolci e Campana (2017) a noção de “ideologia de gênero” aparece mesmo nas discussões da Igreja Católica latino-americana na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam) de 2007, por meio de um documento conhecido como “Documento de Aparecida”. Nele, há uma manifestação explícita de preocupação relação às demandas de cidadania por homossexuais. Em uma passagem do documento afirma-se que:

“(…) encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família” (CELAM, 2007, p. 30).

O mesmo texto afirma ainda que a defesa do conceito tradicional de família deve ser um eixo prioritário de luta dos católicos, já que esta se encontra ameaçada pelo secularismo e pelo relativismo ético. O documento menciona também a instabilidade social e as legislações civis contrárias ao matrimônio que, ao favorecer os anticoncepcionais e o aborto, ameaçam o futuro dos povos (CELAM, 2007, p. 279) como outros elementos que ameaçam a existência das famílias.

O trabalho de Miskolci e Campana (2017) destaca também o papel das diversas organizações não governamentais denominadas de “pró-vida”, que se caracterizam por terem um acentuado perfil religioso conservador, na disseminação da expressão “ideologia de gênero”. Tais organizações atuam através de diversas ações políticas, incluindo *lobby* legislativo, onde apresentam ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade e também realizam campanhas midiáticas. Configura-se um cenário de propagação do pânico moral, dos “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”. A expressão ganhou notoriedade em grande parte

da América Latina, em referência especialmente as políticas de gênero e diversidade sexual na escola. Mas na origem destes embates está uma série conflitos envolvendo os governos do campo progressista e o campo religioso.

## AMÉRICA LATINA - RELIGIOSOS E GOVERNOS – EM CONFLITO

O final da década de 1990 marcou a ascensão de partidos do campo progressista à Presidência da República em diversos países da América Latina. Como exemplo podemos citar Venezuela (1999), Brasil e Argentina (2003), Bolívia e Chile (2007). Em todos estes países a relação com os movimentos sociais e a pressão vinda de organismos internacionais gerou debate e políticas públicas vinculadas ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao enfrentamento da homofobia, assim como à aprovação do casamento igualitário. Tais medidas despertaram uma enorme reação em parcelas do campo religioso e a disputa em torno destas pautas ocupou centralidade, em diversos momentos, ao longo destes governos.

Miskolci e Campana, em *Ideologia de gênero*: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo, indicam que um primeiro momento de tensão entre religiosos e um destes governos se deu na Venezuela, durante o governo de Hugo Chávez. Segundo os autores, ao incluir a liberdade de culto na nova constituição, permitindo a expansão da

participação de grupos não católicos nas escolas e criar o Parlamento Inter-religioso Bolivariano (PIB), o governo provocou um desgaste na relação com os católicos, que se sentiram desprestigiados, perdendo poder e apoio financeiro. Mas, sobre a relação de Chávez e a Igreja Católica, a que se considerar também que os bispos venezuelanos tendem historicamente a compor setores mais tradicionais e conservadores no interior da Igreja, a integrarem e defenderem os interesses das elites do país, o que também contribuiu como elemento de enfrentamento as medidas de Chávez.

Já na Argentina o conflito teve início entre 2004 e 2005 quando o então ministro da saúde apresentou um projeto de implementação de educação sexual nas escolas privadas e públicas, assim como a distribuição de contraceptivos para menores. O projeto foi rejeitado pelas autoridades católicas e gerou um enorme desgaste entre o governo e a Igreja Católica (HAGOPIAN, 2006). O conflito tomou proporções descomunais quando um bispo, Antonio Baseotto, fez um pronunciamento dizendo que o ministro da saúde “devia ser jogado ao oceano com uma pedra amarrada ao pescoço”. A fala do bispo, que seria uma referência bíblica, remeteu para parcela significativa da população como ameaça, como reverência as violências de Estado praticadas durante o período de ditadura militar que o país vivenciou. Em resposta ao pronunciamento do bispo o governo cortou o salário do capelão do

exército e o presidente Kirchner, em um ato inédito, não participou da tradicional missa da Revolução na catedral da Plaza de Mayo.

Desde este episódio a relação entre o governo argentino e a Igreja Católica se manteve estremecida e marcada por inúmeras disputas. Em 2010, por exemplo, eclodiu um novo conflito em torno do projeto de lei que permitiria a casais do mesmo sexo se casarem. Cristina Fernández de Kirchner era a presidenta neste momento e ao sustentar a legitimidade do projeto enfrentou os ataques públicos do então cardeal Jorge Bergoglio, hoje papa Francisco, que em uma carta afirmou que o projeto de lei era como “um gesto do pai da mentira que pretende confundir e enganar aos filhos de Deus” e em outro trecho do documento mencionava este tema como uma guerra e pedia que o fiéis acompanhassem a guerra.

De acordo com Bimbi (2010), a pressão em torno dos parlamentares foi enorme. De ambos os lados. O ex-presidente, e então senador Néstor Kirchner, fez declarações públicas acusando a Igreja de estar interferindo e pressionando os senadores a tomarem decisões que classificou como obscurantistas. Em contrapartida iniciou-se uma série de mobilizações sociais, organizadas por grupos que se opunham à modificação legal do matrimônio civil. Essas organizações pró-vida, setores sociais e hierarquias religiosas se somaram a organizações civis nucleadas sob a denominação “Famílias Argentinas Autoconvocadas” e

chegaram a convocar uma marcha nacional na Praça do Congresso da Nação para exigir aos senadores seus votos “em defesa do matrimônio e da família”. Sobre este episódio é importante destacar também a participação de setores evangélicos, que segundo Jones e Carbonelli (2015), legitimaram-se como atores políticos no país após o espaço adquirido na mídia com a disputa em torno do projeto.

Apesar da derrota que o governo impôs a estes setores com a aprovação do projeto e a sanção da lei do casamento igualitário o cenário não arrefeceu e as disputas permaneceram intensas. Assim, quando o governo aprovou as leis nacionais de identidade de gênero e de direitos do paciente voltou a enfrentar estes mesmos setores. A Igreja Católica, por exemplo, por meio da Conferência Episcopal Argentina, afirmou que essas leis promoveriam a eutanásia e a manipulação da identidade sexual de crianças contra a vontade de seus pais.

Em outro episódio, já em 2018, assistimos ao grande lobby por parte de setores conservadores vinculados às Igrejas, pressionando os legisladores em torno da votação histórica no senado argentino em torno da legalização do aborto. Os senadores do país rejeitaram por 38 votos contra 31 uma proposta de lei que visava legalizar a interrupção voluntária da gravidez. O país, que contava com Jorge Bergoglio já como papa, autoriza a interrupção da gravidez somente em caso de

estupro ou se a gestação apresenta risco para a saúde da mãe.

O projeto despertou uma febre libertária e geracional e levantou uma "maré verde". As feministas e mulheres de diferentes camadas sociais e idades ocuparam as ruas e mobilizaram de forma que o tema repercutiu internacionalmente. A Igreja interveio diretamente nesta batalha parlamentar, com uma estratégia agressiva dirigida aos senadores e governadores "em favor da vida". O próprio Papa Francisco comparou o aborto com o nazismo. Também foi significativa a aliança estratégica entre a Igreja Católica e os grupos evangélicos (que vêm crescendo no país). A Igreja Católica priorizou o lobby e a pressão pública e privada sobre políticos, jornalistas e líderes de opinião para manipular o voto e impedir a disseminação da campanha pelo aborto legal na mídia. Grupos evangélicos ocuparam a rua com demonstrações maciças, inclusive imitando metodologias e estilos de comunicação da campanha pelo aborto legal.

O resultado contrário ao projeto de legalização do aborto e a interferência direta das igrejas cristãs, especialmente da Igreja Católica, gerou bastante indignação. Quase duas semanas depois da rejeição do projeto pelo Senado argentino, centenas de cidadãos participaram de uma apostasia<sup>iv</sup> coletiva em Buenos Aires organizada pela Coalizão Argentina por um Estado Laico (Cael). O objetivo dos manifestantes era não apenas recusar o

catolicismo, mas também fazer um apelo em favor do Estado laico, contrariamente ao que prevê a Constituição do país. "No en mi nombre" ("Não em meu nome") era um dos slogans da manifestação. A apostasia é um gesto político forte, uma manifestação de oposição à ingerência permanente da Igreja nos debates da sociedade.

Na vizinha Bolívia os enfrentamentos entre a Igreja e o governo também foram duros ao longo dos mandatos de Evo Morales. Uma das principais disputas no país se deu em torno do ensino da religião. Morales afirmou em algumas declarações públicas que a

“a Igreja Católica é um símbolo do colonialismo europeu e deve desaparecer da Bolívia” (MISKOLCI, CAMPANHA, 2017 *apud* RISATTI; GUALDONI, 2012) e que para acabar com o colonialismo era preciso extinguir o ensino de religião (católica) nas escolas públicas e privadas bolivianas. Assim, em 2010, o país aprovou uma lei de educação que acabava com a exclusividade do ensino católico nas escolas. A lei vinha de encontro a uma mudança significativa trazida com a nova constituição, que estabeleceu a Bolívia como um país laico e não mais católico.

No Brasil, segundo Campos (2015), o conflito em torno destas temáticas se se deflagrou principalmente a partir da proposta da deputada Iara Bernardi (PT) do Projeto de Lei 122/2006 que criminalizava a homofobia. O projeto foi arquivado após passar oito anos no Senado sem obter aprovação. Os programas

governamentais como o “Brasil sem homofobia”, assim como os voltados para a discussão de temáticas de direitos humanos, gênero e sexualidade na escola tornaram-se alvo também de setores religiosos e grupos conservadores no país. Em 2009, quando lançado o III Plano Nacional dos Direitos Humanos, o campo político já havia sido tomado pelos embates em torno destas temáticas.

Contudo, indubitavelmente, o processo eleitoral de 2010 ampliou consideravelmente estes conflitos. O candidato derrotado José Serra (PSDB) utilizou durante toda a campanha da estratégia de levantar tais temas, de questionar o posicionamento da candidata Dilma Rousseff com relação ao aborto, pois os embates em torno das políticas de gênero e LGBTI mobilizavam setores da sociedade e colocava Dilma como contrária à família, evocando estigmas sobre sua sexualidade, sua condição civil, sua atuação política.

Diante da enorme pressão dos setores conservadores, do poder do campo religioso no país e de pesquisas que indicavam um segundo turno apertado, a campanha de Dilma Rousseff se aproximou de algumas forças religiosas católicas e neopentecostais comprometendo-se a não tomar iniciativas de mudança na legislação sobre o aborto ou concernente ao matrimônio homossexual, ao combate à homofobia.

Outro marco das eleições de 2010 foi a ampliação da presença religiosa no Congresso Nacional. Em 2010, os evangélicos, por

exemplo, representavam 1% do total dos candidatos, indo para 1,29% em 2014 (ARAGÃO, 2014). Vale mencionar também que nas eleições de 2014, o número de candidatos abertamente evangélicos, que usaram nome na urna com expressões como "bispo", "pastor" e "missionário", cresceu 45% em relação a 2010. Três deputados com "pastor" no nome de urna foram eleitos (ARAGÃO, 2014). Juntos com os representantes católicos no Congresso passaram a forma a bancada cristã, uma das maiores e mais poderosas do Congresso.

A ação desta bancada vem sendo extensiva e significativa. Alguns de seus representantes assumiram, por exemplo, a liderança de comissões estratégicas para projetos de interesses das mulheres, negros e homossexuais, como a de Direitos Humanos. Mas para Miskolci e Campana (2017), a hegemonia da noção de “ideologia de gênero” se estabeleceu no país quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo *status* do casamento heterossexual em 2011. Sobre o STF, cumpre destacar que o mesmo desempenhou papel central nesta disputa ao aprovar lei de biossegurança (2005), o casamento do mesmo sexo em 2011 e no ano seguinte o aborto de fetos anencefálicos.

Os autores chamam a atenção para o fato de que este foi o mesmo período em que se deu a polêmica envolvendo a distribuição do material didático do programa “Escola sem homofobia”,

que ficou conhecido no país como “*kit gay*”. O material não chegou a ser enviado para as escolas, pois houve uma enorme reação de setores conservadores e da bancada religiosa no Congresso. O Kit acabou sendo vetado pela então presidenta Dilma Rousseff. Em seguida foi a vez da polêmica envolvendo a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE, em 2014. O plano foi questionado por mencionar o termo gênero em uma de suas diretrizes. Machado (2017) argumenta que este ano, de 2014, foi estratégico para a organização dos setores conservadores e religiosos, pois foi ano de eleições legislativas em que apesar bancada cristã não ter sido tão ampliada numericamente, cresceu em relação a prestígio e poder,<sup>100</sup> conquistando a Presidência da Câmara.

Vimos alguns dos episódios que ocorreram em parte da América Latina envolvendo os governos destes países, o campo religioso e as políticas de gênero. Interessa-nos particularmente nesse texto refletir sobre como essa batalha, travada com notoriedade no campo da educação, foi utilizada como arma política para que os grupos conservadores em aliança com setores religiosos extremistas conseguissem desestabilizar governos democraticamente eleitos. Nosso objetivo, portanto, é pensar sobre as aproximações destes movimentos nesta escala continental, como elas podem ter impulsionado ou vir a impulsionar estes grupos, assim como identificar os principais pontos de ligação entre estes movimentos.



## LATINO-AMERICANOS E A UNIDADE CONTRA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Logo após a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro no Brasil, em outubro de 2018, o CMHNTM<sup>v</sup> da Argentina anunciou através de suas redes sociais a organização de seu primeiro protesto cuja pauta seria: “Gênero nunca más”. Acompanham esse movimento países vizinhos como Bolívia, Paraguai e Peru, que também divulgaram a realização de atos, nesta mesma época, em diversas cidades contra a chamada “ideologia de gênero”. Lideranças de grupos responsáveis por estas ações declararam em diversos veículos que a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil possibilitava a articulação de uma frente para uma atuação conjunta em oposição às políticas de discussão de gênero por todo o continente.

Na Colômbia a campanha contra a “ideologia de gênero” foi utilizada de maneira flagrante em vários episódios da história recente, deixando estragos irreversíveis. O mais notório deles aconteceu em agosto de 2016, quando circularam nas redes sociais imagens falsas de um material que estava sendo desenvolvido pelo Ministério da Educação colombiano – que poderíamos comparar com o kit de combate à homofobia elaborado pelo Ministério da Educação brasileiro. Assim como no Brasil, a “ideologia de gênero” foi instrumento para fortalecer o Impeachment da presidenta, no caso

colombiano, foi utilizado para convencer a população a votar pelo não no plebiscito que poria fim no conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). A Guerra entre o governo Colombiano e as FARC - Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia – já dura mais de 50 anos. Estima-se que 8 milhões de pessoas foram vítimas do conflito sendo que 79 mil pessoas continuam desaparecidas.

Já foram 7 tentativas de acordo de paz sem êxito. As principais ocorreram em 1984, entre 1991 e 1992, entre 1999 e 2002 e em 2016, quando o então presidente Juan Manuel Santos conseguiu que a paz com as FARC estivesse mais próxima que nunca. Além disso conseguira inclusive pensar além do simples armistício.<sup>101</sup> Como as mulheres e a comunidade LGBTQI foram as maiores vítimas do conflito, as primeiras vítimas de estupros e os segundos assassinados em crimes de ódio, o acordo de paz previa reparações as pessoas destes grupos como vítimas por seu gênero e sua orientação sexual, do conflito armado. Confiante que os colombianos aprovariam o acordo o presidente decidiu submetê-lo à um referendo popular desnecessário que acabou por definir a não adesão ao acordo de paz. O pânico moral difundido sobre a “ideologia de gênero” foi o principal responsável pelo resultado.

Dois meses antes da data marcada para a votação do referendo a ministra da educação Gina Parody acatou uma ordem do poder judiciário e modificou os manuais de

convivência estudantil incluindo a discussão de gênero e garantindo que em nenhum manual houvesse discriminação baseada em gênero ou orientação sexual, a fim de reduzir a crescente violência, a homofobia e o bullying nas escolas. Assim como aconteceu no Brasil com relação ao kit de combate a homofobia, chamado pelos conservadores de kit gay, várias *fakenews* foram lançadas a respeito dos manuais de convivência, a fim de despertar o pânico moral. Na Colômbia como aqui, as imagens que supostamente apareceram nas redes sociais não correspondiam ao material que estava sendo de fato desenvolvido.

Imagens do livro *In bed with David & Jonathan*, do cartunista Tom Bowden foram mostradas como pertencendo as ilustrações do manual. Segundo a ministra Gina Parody “as cartilhas que foram divulgadas nas redes, até mesmo compartilhadas por funcionários públicos da procuradoria, eram cartilhas de pornografia para adultos da Bélgica.” Mesmo a ministra da educação colombiana, Gina Parody, tendo desmentido o caso e denunciado o uso político do fato pelos opositores ao governo, a população foi às ruas protestar e pedir a sua renúncia.

Enquanto a presidenta do Brasil Dilma Rousseff foi a público justificar a retirada dos kits de combate à homofobia dizendo que não cabia ao governo “fazer campanha de orientação sexual”, o presidente Juan Manuel Santos foi a público defender que os materiais do ministério da educação não continham “ideologia de

gênero”. Mesmo com posturas distintas frente aos grupos conservadores nenhum dos dois denunciou o uso político do termo “ideologia de gênero” e acabaram com suas falas, legitimando-os. Contudo, o pânico moral despertado pela suposta presença da ideologia de gênero tanto nos materiais escolares quanto no texto do acordo de paz já havia se difundido e foi usado para modificar a votação do plebiscito do acordo.

Desta forma, se dizia que o ministério da educação tentava homossexualizar os estudantes e simultaneamente o governo queria impor a “ideologia de gênero” nos acordos de paz. Como o acordo continha a palavra gênero foi o suficiente para que grande parte da população fosse contrária a ele e propagasse ideias como a **102** de que o acordo com as FARC era uma porta de entrada para uma ditadura gay no país.

Vimos, portanto, que para grupos extremistas religiosos, o reconhecimento por parte do governo, de que a população LGBTQI e das mulheres como as principais vítimas do conflito seria um exemplo da “ideologia de gênero”. A conjuntura apresentada aponta para a uma aliança entre aqueles que já se opunham a uma saída política pacífica, e todos que rechaçam o reconhecimento de direitos para a população LGBTI e para as mulheres, assim como assistimos no Brasil. Articulações em torno da “ideologia de gênero” entre grupos de com interesses e motivações distintas.

Cenário semelhante se apresentou no Peru. O país, assim como o Brasil, conta com

altos índices de violência contra mulher. Segundo a Organização Mundial da Saúde o Peru é o terceiro país com maior número de denúncias de estupro no mundo. Para enfrentar esta realidade há mais de 20 anos o gênero é uma preocupação das políticas públicas do Ministério da Mulher e do Ministério da saúde. Contudo, se tornou um problema quando a discussão chegou à Educação. Em 2016 um novo currículo proposto trazia a discussão de gênero para a escola, ao mesmo tempo em que uma maioria de extrema direita chegou ao parlamento. Keiko Fujimori e sua campanha presidencial foram as grandes porta-vozes desta reação. Fujimori se comprometeu a defender a família conformada por um homem e uma mulher, rechaçando a união civil conformada por pessoas do mesmo sexo e, em consequência, o casamento homossexual.

Diversos grupos religiosos reagiram ao novo currículo e uma marcha contra a “ideologia de gênero” foi convocada. Um mês e meio antes da marcha, o congresso aprovou uma moção de censura contra o então ministro da educação Jaime Saavedra impedindo que o enfoque de gênero fosse implementado em qualquer escola do Peru. Saavedra foi substituído por Marilú Martens no ministério, mas este também não cedeu às pressões da bancada: “Entreguei o currículo a todas as pessoas, desde as autoridades da igreja católica, até os evangélicos, congressistas: Me digam vocês, por favor, onde

há algo que não seja fortalecer a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres?”

Mas cresceria a oposição ao que chamavam de colonização ideológica homossexual. Grupos de diferentes vertentes religiosas ligadas aos cristianismos (católico e neopentecostais) se uniram para frear a implementação da “ideologia de gênero no Peru” e para darem voz o movimento “Não te metas com meus filhos!” Os argumentos apresentados, assim como no Brasil, na Colômbia e na Argentina é de que os chamados ideólogos do gênero, radicais, buscam que não haja diferença entre homens e mulheres. E desejam fazer isso via educação, retirando o direito dos pais de educarem seus filhos. Também é importante **103** ressaltar que as redes sociais tiveram um papel de extrema relevância para a mobilização destes grupos. O uso da hashtag #ConMisHijosNoTeMetas nas redes e em todas as manifestações foi central.

A partir daí firmava-se o que Vital da Cunha (2017) chamou de atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores. Esse cenário também ocorre no Brasil em 2014 quando tramitava o Plano Nacional de Educação – PNE e iniciou-se toda a campanha nas redes para barrar a “ideologia de gênero” no Plano.

No Peru, a campanha culminou com uma ação na justiça impetrada em 2017 pelo coletivo ‘Padres em Acción’ (Pais em ação, em

português) contra o Ministério da Educação (MINEDU). A acusação era de que o Ministério estaria promovendo doutrinação com ideologia de gênero nas escolas. Foram dois anos de intensa batalha e no último dia 3 abril a Suprema Corte do Peru considerou infundada "em todos os seus extremos" a denúncia apresentada pelo coletivo 'Padres en Acción' contra o currículo do MINEDU e decretou que o Currículo Nacional do Ensino Básico para todas as escolas do país deve integrar noções de ideologia de gênero ou o "enfoque de gênero".

Após essa decisão o movimento e coletivo 'Padres en Acción' enviou um comunicado explicando que sua ação na justiça era para salvaguardar os direitos dos pais de educar seus filhos de acordo com suas crenças e valores e que isto está previsto na Constituição do País. Assim, afirmam no texto que "ainda existem caminhos legais" para defender o seu "direito inalienável de escolher a educação e os valores que queremos para nossos filhos como previsto taxativamente no artigo 13º da nossa Constituição". O comunicado ainda convoca outros pais para que exerçam de maneira "imediate e decidida o direito à objeção de consciência diante de todos os centros educativos da República para evitar assim, a imposição de ideologias totalitárias".

Os exemplos trazidos apontam para a ingerência de grupos religiosos, especialmente cristãos, contra pautas que dizem respeito as mulheres e a população LGBTQI, atuando de

forma articulada e unificada. E todos estes casos nos remetem a ideia de que os ataques a dita "ideologia de gênero" representam para os grupos conservadores e extremistas enfrentamentos a todos os direitos alcançados pelas mulheres e pela população LGBTQI. Nesse sentido, a escola e as políticas educacionais têm se mostrado um espaço estratégico para a realização deste embate. Pelo apelo que realiza nos pais, pelos discursos do exercício de autoridade pedagógica dos professores e como ele poderia ser usado para impor visões distintas das famílias e pela polarização direito do Estado versus direito das famílias. Mas a "ideologia de gênero" é apenas um dos fronts desta batalha, que se dá nessa **104** relação entre Estado e religião.

## ESTADO E RELIGIÃO

A esse respeito, consideramos importante sinalizarmos para os novos vínculos estabelecidos entre Estado e religião nesses países e como eles tem impactado consideravelmente suas legislações e políticas públicas. Importante dizer ainda que as disputas entre católicos e evangélicos por espaço vem se dando ao longo das últimas décadas, mas que a mesma não tem impedido a unidade destes segmentos em diversas pautas. Verifica-se uma unidade cristã em torno destas temáticas e a ampliação que ela proporciona, agregando setores, não necessariamente religioso, mas que

são conservadores. Destacamos que, no cenário brasileiro recente, em diferentes pontas do espectro político, nota-se uma aliança recíproca. O resultado é que a política institucional tem cada vez mais abrigado representantes religiosos e, com eles, práticas e disputas em torno de diferentes segmentos, em especial no de produção das políticas educacionais. Um campo que vem sendo disputado, por exemplo, por estes setores através dessa participação religiosa tanto no parlamento quanto no executivo e nos partidos políticos.

Esta conformação estabelecida entre religiosos e o Estado, também pode ser percebida, através da “bancada cristã” no processo de votação do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, por exemplo. A referida bancada ganhou notoriedade e se tornou tema de debate entre a população após a sessão transmitida ao vivo em rede nacional de TV onde a maioria esmagadora dos Deputados, ao anunciarem seu voto, fizeram referência a Deus, utilizaram argumentos religiosos para justificar a decisão e criaram um cenário onde a Câmara federal lembrava o púlpito de uma Igreja. Crimes de responsabilidade fiscal, que fundamentaram o encaminhamento do processo de impeachment, por exemplo, foram citados apenas 18 vezes nessa sessão. Já as palavras famílias e filhos (as) 270 vezes a palavra Deus, 75 vezes.

Vital da Cunha (2017) aponta para a necessidade de se lançar luz para um terceiro ator nessas cenas: o Estado, que se constitui, no

conflito para ela, como um mediador. Nessa perspectiva, é importante considerar que, em geral, a defesa da laicidade no Brasil integra uma concepção de Estado enquanto um ente composto apenas por suas instâncias administrativas, que age a partir de uma racionalidade objetiva, imparcial. O Estado se apresenta como algo que deve ser resguardado e defendido. A isonomia estatal, para Vital da Cunha (2017), e seu caráter de reconhecer, garantir direitos e a sua capacidade de incluir pessoas são que compõem o quadro que os torna responsáveis por assumir papéis preponderantes nos conflitos ora analisados.

Conforme exposto ao longo deste texto identificamos que o Estado, através de diferentes **105** governos, vem administrando tais disputas, especialmente ao tratar das temáticas referentes aos direitos das mulheres e da população LGBTQI. Isso porque estas são pautas prioritárias para a atuação cristã, que detém hoje grande quantidade de capital político, social e econômico, sendo segmentos determinantes tanto para as eleições, quanto para a governabilidade dos eleitos.

### **PARA REFLETIR...**

A partir do exposto e em concordância com Miskolci e Campanha (2017), acreditamos que existem três elementos em comum às diferentes realidades nacionais relacionados aos ataques às políticas de gênero, especialmente às

voltadas para educação. A saber: o momento em que os conflitos se deram, todos ocorreram a partir da virada do milênio, a emergência ao longo de governos progressistas e/ou de esquerda e o terceiro o fato de terem sido deflagrados em torno de reformas educacionais e legais. Além destes pontos, destacamos que tais ataques contaram com um elemento-chave em comum, o pânico moral acionado a partir de campanhas com um grande poderio de argumentação.

Esse poderio de argumentação foi fundamental para a sustentação das posições defendidas, bem como para que estas reverberassem em outros campos e segmentos sociais, ampliando assim o apoio e a adesão de novos agentes à disputa em curso. Ademais, a retórica empreendida e os argumentos que fundamentam esta foram essenciais para as movimentações e as mudanças de posições no interior do campo político e social.

A ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação através da temática de gênero e orientação sexual, mobilizou inúmeros segmentos sociais e afetou o imaginário social através das “ameaças” que a presença destes temas na escola representaria para as famílias, para as crianças e para nossa sociedade. Em grande medida, as bases para o impacto frente a estes segmentos e para o desenrolar no campo político e no de produção das políticas educacionais, estiveram diretamente vinculadas a retórica e aos discursos produzidos

por agentes e lideranças de diferentes campos na última década.

Destacou-se na produção de tal discurso Jorge Scala e seu livro *La ideología del género. O el género como herramienta de poder*. O autor defende a tese que a “ideologia de gênero” é um instrumento político-discursivo de alienação que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de provocar a alteração das pautas morais e desembocar na destruição da sociedade. O livro, publicado originalmente na Argentina, provocou grande impacto em outros países do continente, tendo sido também traduzido para o português, e constituiu um material fundamental de embasamento e de inspiração para manifestações que vão desde movimentos a favor da família tradicional até manifestações contra políticas de governos de esquerda.

Vimos que tanto o caso argentino como o brasileiro, tendem a corroborar a hipótese de que a cristalização da noção de “ideologia de gênero” como articuladora do que denominamos de campo discursivo de ação se dá a partir de 2010 e pode ter envolvido, tanto quanto mudanças efetivas na legislação ou nas políticas públicas, as expectativas sobre a possível efetivação dessas mudanças (MISKOLCI, CAMPANHA; 2017).

Fundamental dizermos que os setores envolvidos nestes conflitos não formam um grupo coeso, homogêneo e que em muitos casos formam alianças circunstanciais. E justamente com o que denominam de “ideologia de gênero”

é que constroem uma agenda em comum, um espaço político-moral mais ou menos compartilhado por católicos, neopentecostais ou grupos e indivíduos conservadores. Esse campo discursivo de ação contra a temida “ideologia de gênero”, em geral, é associado a segmentos direita destes países, mas é importante lembrarmos que ele também atrai e agrega um público que – em meio à crise econômica e às denúncias de corrupção em diversos destes governos – passou a se afirmar insatisfeito com a política institucional.

Também é relevante para as reflexões que buscamos fazer neste texto recuperarmos que durante um longo período da história do continente, em diferentes graus em cada país, os católicos tiveram a hegemonia na área educacional. Desde que iniciam-se processos de secularização e em algum nível de laicização destes Estados, a Igreja vem perdendo privilégios. Assim, na tentativa de manter seu espaço vem reagindo e uma das estratégias desta reação são iniciativas que freiem a pluralidade religiosa no espaço escolar ou através do acionamento do pânico moral.

Outro elemento a ser considerado nesta análise é o machismo estrutural destes Estados, que contam com uma baixa representação parlamentar feminina, bem como nas demais instâncias de poder. Vale lembrar que grande parte dos líderes contrários à “ideologia de gênero” e as políticas públicas de gênero no continente tem sido homens e em geral que

ocupam a esfera pública há anos. Nesse sentido, é importante o pensamento de Machado (2013) sobre o fato do avanço dos movimentos feministas e pela diversidade sexual ter se dado simultaneamente ao crescimento dos grupos tradicionalistas católicos e neopentecostais, o que por certo conforma um campo de tensões entre estes segmentos.

Soma-se nessa análise o capital religioso, sua transformação em capital político e quais as consequências desse deslizamento entre as fronteiras das esferas política e religiosa para a nossa democracia. Essa perspectiva nos permite identificar os usos do capital religioso no campo político e assim desenhar o quadro - na educação - de uma ruptura ou da inexistência da separação **107** entre religião e Estado e como ela pode atingir o grau de democracia de um país.

Mais uma vez chamamos atenção para uma atuação não homogênea dos grupos contrários à “ideologia de gênero”. O fato é que a despeito de não haver uma uniformidade e de existir um conflito direto entre esses segmentos no mercado da fé, por exemplo, eles conseguiram criar unidade em torno de pautas que tangem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, direitos da população LGBTI e na articulação sobre a discussão de gênero e orientação sexual nas escolas.

Assim, vimos assistindo em um período recente de interferência direta de ações promovendo um avanço da pauta conservadora, especialmente através da educação. Nesse

sentido, apontamos para a importância de uma escola e uma educação laica. Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática. Como afirmou Ranquetat Júnior (2013): “o Estado laico não é neutro, pois advoga uma determinada visão de mundo e defende certos valores como a democracia, os direitos humanos, a igualdade e a liberdade”.

Ou seja, a educação laica assume uma tarefa pedagógica e positiva, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais e colaboram para a abordagem de temas como gênero e sexualidade no segmento educacional sem interdições. Além disso, tais pressupostos apontam para a ideia do campo educacional enquanto um espaço de promoção da cultura e do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças

O quadro acima descrito, sobre a laicidade, o avanço dos religiosos no campo político, a formação de uma coalizão conservadora com alto grau de repercussão social, o estabelecimento de um pânico moral envolvendo “gênero”, sugere, a nosso ver, que grau de democracia de um país está relacionado, dentre outros fatores, a laicidade do Estado. Quanto mais distantes de um modelo que aparta a ingerência religiosa nas políticas públicas e ações do Estado, mais nos aproximamos de regimes desiguais, que excluem, segregam e

discriminam. Por isso, defender a laicidade do Estado significa defender a democracia.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. Entenda melhor a participação dos políticos evangélicos no Brasil. **Sítio Gospelprime**. Seção política. São Paulo: 11 ago. 2014. Disponível em:

<<http://noticias.gospelprime.com.br/entenda-participacao-politicos-evangelicos-brasil/>>.

Acesso em: 13 maio. 2020.

BIMBI, B. **Matrimonio Igualitario**: intrigas, tensiones y secretos en el camino hacia la ley. Buenos Aires: Planeta, 2010.

CAMPOS, R. B. Carneiro *et alii*. A disputa pela laicidade: uma análise das interações discursivas entre Jean Wyllys e Silas Malafaia. **Religião e Sociedade**, v. 35, n. 2, p.165-188, 2015.

COELHO, M.M. Padre explica o que é a ideologia de gênero. **Coluna Notícias – Canção Nova**. Aparecida/SP, 23 jun. 2015. Disponível em:

<<http://noticias.cancaonova.com/brasil/padre-explica-o-que-e-a-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 28 maio. 2020.

CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (Celam). **Documento conclusivo** (Documentoda Aparecida). Bogotá: Centro de Publicaciones del Celam, 2007.

DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE BEIJING – **IV Conferência Mundial da Mulher**: Igualdade, Desenvolvimento e Paz



Organização das Nações Unidas, 1995. Disponível em: <[http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/bpa\\_s\\_final\\_web.pdf](http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/bpa_s_final_web.pdf)>. Acesso em: 28 maio. 2020.

HAGOPIAN, F. **Latin American catholicism in an age of religious and political pluralism: a framework for analysis** Kellogg Institute-University of Notre Dame, p. 1-29, 2006. Disponível em:

<[http://www.iheal.univparis3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/S9%20-%20Le%20cathol%20C3%A0%20l%27heure%20du%20pluralisme%20religieux%20\(Hagopian\).pdf](http://www.iheal.univparis3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/S9%20-%20Le%20cathol%20C3%A0%20l%27heure%20du%20pluralisme%20religieux%20(Hagopian).pdf)> Acesso em: 28 maio. 2020.

JONES, D.; CARBONELLI, M. La participación política de actores religiosos: los evangélicos frente a los derechos sexuales y reproductivos (2003-2010). In: ESQUIVEL, J.C.; VAGGIONE, J. M. (Orgs.). **Permeabilidades activas. Religión, política y sexualidad en la Argentina democrática**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

MACHADO, M. das D. C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 351-380, 2017.

\_\_\_\_\_ Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura e Religión**, Chile, v. VII, n. 2, Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de

la Universidad Arturo Prat del Estado de Chile, jun-dic. 2013.

MISKOLCI, R; CAMPANHA, M. Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro 2017.

RANQUETAT JR., C.A. A invocação do nome de Deus nas Constituições Federais Brasileiras: religião, Política e Laicidade. **Revista Cultura e Religión**. Chile, v. VII, n. 2, Instituto de Estudios Internacionales (INTE) de la Universidad Arturo Prat del Estado de Chile, jun-dic. 2013.

VITAL DA CUNHA; LOPES, P.V.L; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017. 196f.

## NOTAS

<sup>i</sup> Pós-doutoranda em educação, doutora em Política Social, mestre em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE / UFRJ. Tem experiência na área de Sociologia da educação, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da educação, gênero, educação, laicidade e Políticas Públicas. Foi professora substituta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tutora do CEDERJ. Atualmente é docente na Universidade Estácio de Sá e integra o Observatório da Laicidade na Educação – OLÉ.

<sup>ii</sup> É doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e graduação em História também pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). Tem experiência na área de História com ênfase em Ensino de História. Pesquisando também identidade e diferença, currículo,

---

políticas públicas para a educação, gênero e sexualidade, laicidade, conservadorismo e fundamentalismo religioso

<sup>iii</sup> Utilizamos a expressão como referência a reação produzida em momentos de transformação social, relacionada a sentimento de perda, e que se baseia em estratégias de exploração do medo.

<sup>iv</sup> Renúncia de uma religião ou da fé religiosa.

<sup>v</sup> O movimento Con Mis Hijos No Te Metas - CMHNTM (“Não se meta com meus filhos”, em livre tradução do espanhol).

Recebido em: 06/06/2020.

Aprovado em: 03/07/2020.

Publicado em: 31/07/2020.